

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.167.918 - SP (2017/0230228-3)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : MARIO FERREIRA
ADVOGADO : ELIZALDO APARECIDO PENATI - SP068335
AGRAVADO : MOTEL BARILOCHE LTDA - ME
ADVOGADOS : MAYRA ALESSANDRA FREATTO WOLFF - SP272958
MARIANA PALA CAVICCHIOLI E OUTRO(S) - SP205633

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por MARIO FERREIRA em face da decisão acostada às fls. 229-230 e-STJ, que, em juízo prévio de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial manejado pelo ora agravante.

O apelo extremo, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 165-171 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado:

Prestação de serviços - Hospedagem em motel - Indenização por danos morais e materiais - Hóspede vítima de roubo na saída do estabelecimento - Alegação de negligência na segurança do local - Inocorrência - Culpa exclusiva de terceiros - Improcedência mantida - Recurso desprovido.

Opostos embargos de declaração (fls. 174-181 e-STJ), restaram desacolhidos (fls. 183-191 e-STJ).

Nas razões de recurso especial (fls. 194-207 e-STJ), alegou o insurgente que o acórdão recorrido violou os seguintes dispositivos de lei federal: *(i)* artigo 489, §1º, do CPC/15, porquanto não sanadas omissões apontadas nos aclaratórios; e, *(ii)* artigos 6º, inc. VI, 14 e 17, do Código de Defesa do Consumidor, sustentando que houve falha na prestação do serviço, de modo que o dano ao consumidor deve ser indenizado.

Sem contrarrazões.

Em juízo prévio de admissibilidade, a Corte de origem inadmitiu o apelo nobre indicando a ausência de vícios na decisão recorrida, a insuficiência de fundamentação recursal e por aplicação da Súmula 7/STJ.

Inconformado, interpôs o presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja minuta está acostada às fls. 236-247 e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Sem contraminuta.

É o relatório.

Decide-se.

A pretensão recursal não merece prosperar.

1. Afasta-se, de início, a alegação de negativa de prestação jurisdicional. Não se verifica ofensa ao artigo 489 do CPC/15 quando o Tribunal decide, de modo claro e fundamentado, as questões essenciais ao deslinde do feito. Ademais, não se deve confundir decisão contrária aos interesses da parte com negativa de prestação jurisdicional.

Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes deste Superior Tribunal de Justiça: **AgInt no AREsp 1024735/RS**, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS

CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 13/08/2018; **AgInt no AREsp 1254843/RS**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 01/06/2018; **AgInt no AREsp 1224697/MG**, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 21/05/2018; **AgInt no AREsp 1015125/AC**, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 24/04/2018; **AgInt nos EDcl no REsp 1647017/RS**, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018.

Alegou a recorrente que o acórdão impugnado restou omissos pois omissos: (i) acerca da inexistência de seguranças no local; e, (ii) por não ter analisado a alegação de que a recepcionista não se atentou a presença de um elemento suspeito.

De início, a leitura da primeira omissão alegada, evidencia-se que o insurgente, em realidade, discorda da afirmação da Corte de origem de que o estabelecimento contava com seguranças.

Assim, não há que se falar em omissão, mas em discordância do conteúdo decisório.

Já em relação a segunda omissão, extrai-se o seguinte da decisão recorrida (fls. 169-170 e-STJ):

Com efeito, apesar dos lamentáveis danos sofridos pelo apelante, não se constata conduta negligente do apelado, devendo ser reconhecida a culpa exclusiva de terceiros, aplicando-se ao caso, o disposto no art. 393 do Código Civil: [...]

Em hipótese assemelhada já teve oportunidade de decidir esta Corte que:

Pois, mesmo em se tratando de dever do hospedeiro zelar pela segurança e sossego dos hóspedes e de seus bens, retratando a responsabilidade objetiva quanto aos danos sofridos durante a execução do contrato, em razão do risco da atividade, é demasiado atribuir ao hospedeiro o encargo de responder por todo e qualquer evento.
[...]

Ademais, a atividade hoteleira não implica risco para a vida dos hóspedes de forma a exigir aparato de segurança armada no local, constituindo o roubo sofrido pelos apelantes, fato não previsível. Logo, não há como imputar a responsabilidade ao apelado. (Apelação n. 0110793-17.2011.8.26.0100 - Relator Melo Bueno - 35ª Câmara de Direito Privado)

Assim, ante a impossibilidade de evitar o evento que causou os danos ao apelante e que não está relacionado aos serviços prestados pelo apelado, impõe-se o desprovimento do recurso. [grifou-se]

Como visto, a Corte concluiu não ter havido negligência. Assim, ainda que não tenha, expressamente, tratado da suposta negligência da recepcionista, a decisão concluiu não haver responsabilidade, no caso.

Não há que se falar, portanto, em omissão, sendo certo que os embargos de declaração não se constituem via própria para rejugamento da causa, não havendo espaço para análise de inconformismo quanto ao entendimento adotado.

Neste sentido: **REsp 1432879/MS**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 19/10/2018; **EDcl nos EDcl no REsp 1641575/RJ**, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA,

julgado em 25/09/2018, DJe 01/10/2018; **EDcl no AgInt no REsp 1666792/ES**, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 22/05/2018; **AgInt no AREsp 1179480/RS**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 06/03/2018; **AgInt no REsp 1598364/RS**, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 22/08/2017; **EDcl no AgInt no AREsp 471.597/RJ**, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 20/06/2017.

Afasta-se, portanto, a alegada violação ao artigo 489 do CPC/15.

2. No mérito, o insurgente alega violação aos artigos 6º, inc. VI, 14 e 17, do Código de Defesa do Consumidor, buscando a condenação do recorrido a indenizar os danos decorrentes do assalto.

Todavia, a Corte de origem, como visto acima, entendeu que o recorrido não poderia ser responsabilizado, por não ter sido demonstrada negligência na prestação do serviço, afastando a indenização por entender configurada a culpa exclusiva de terceiro.

Derruir as conclusões a que chegou o Tribunal de origem e acolher a pretensão recursal para afastar a ocorrência de excludente de responsabilidade na hipótese ensejaria o necessário revolvimento das provas constantes dos autos, providência vedada em sede de recurso especial, ante o óbice estabelecido pela súmula 7/STJ. A propósito, são os precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL. VIOLAÇÃO AO ART. 489 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. COMPROVAÇÃO DO FATO CONSTITUTIVO, RESPONSABILIDADE, ATO ILÍCITO, NEXO CAUSAL, CULPA EXCLUSIVA DE TERCEIRO E ILIQUIDEZ DO DANO. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

[...]

2. O acórdão recorrido concluiu pela comprovação do fato constitutivo do direito da parte agravada e pela não demonstração de causa excludente da responsabilidade da agravante, consignando a falha na prestação do serviço e a individualização do dano material, sendo desnecessária a liquidação por arbitramento. Desse modo, o acolhimento da pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas dos autos, o que é vedado na via especial, ante o óbice da Súmula 7 do STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1324393/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 01/02/2019)

AGRAVO INTERNO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. FRAUDES PRATICADAS POR PREPOSTO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. CULPA EXCLUSIVA DE TERCEIRO. VERIFICAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. VALOR DA INDENIZAÇÃO. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ.

1. Rever o entendimento do Tribunal a quo no que diz respeito à caracterização da relação de preposição e à responsabilidade da pessoa jurídica por ato praticado por seu preposto, demandaria revolvimento de material fático-probatório, o que é vedado na via especial pelo enunciado

da Súmula 7 do STJ.

2. Verificar, no caso concreto, a caracterização da culpa exclusiva de terceiro encontra óbice no enunciado da Súmula 7 do STJ.

[...]

4. Recurso especial não provido.

(AgInt no REsp 1406699/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 29/06/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. PROCEDÊNCIA PARCIAL. ACIDENTE OCORRIDO EM COMPOSIÇÃO FÉRREA. INSURGÊNCIA DA RÉ. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO. A AGRAVANTE DEFENDE A NÃO OCORRÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ, QUE IMPEDIU O CONHECIMENTO DO SEU RECURSO QUANTO ÀS TESES DE CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA E IRRAZOABILIDADE DO VALOR ARBITRADO PARA A INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RAZÕES RECURSAIS INSUFICIENTES. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Para o acolhimento da tese recursal de culpa exclusiva da vítima, seria imprescindível derruir as afirmações contidas no decisum atacado, o que, forçosamente, ensejaria rediscussão de matéria fática, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula 7 deste Tribunal Superior a obstar o conhecimento do recurso especial.

[...]

3. Razões recursais insuficientes para a revisão do julgado.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1021733/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 02/02/2018)

Incidente, portanto, o óbice da Súmula 7/STJ.

3. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, nega-se provimento ao agravo em recurso especial e, com base no art. 85, § 11, do CPC/2015, majora-se em 10% (dez por cento) o valor dos honorários sucumbenciais fixados pela origem, em favor da parte recorrida.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator